



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**\* PROPOSTA DE EMENDA À  
CONSTITUIÇÃO N.º 206-A, DE 1995  
(Do Sr. Paulo Gouvêa e outros)**

Dá nova redação ao inciso IV do art. 206 da Constituição Federal, que trata dos princípios com base nos quais será ministrado o ensino; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade desta e das de nºs 318/04 e 396/09, apensadas (enquanto apensada à de nº 123/95) (relator: DEP. ASSIS CARVALHO); e da de nº 200/12, apensada (relator: DEP. ANDRE MOURA).

**DESPACHO:**

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

**APRECIACÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**S U M Á R I O**

I – Proposta inicial

II – Propostas apensadas: 318/04 e 396/09.

III – Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (enquanto apensada à de nº 123/95):

- Parecer do relator
- Complementação de voto
- Parecer da Comissão
- Voto em separado

IV – Nova apensação: PEC 200-A/12

**(\*) Atualizada em 21/10/2013 para inclusão de apensado.**



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

**Nº 206, DE 1995**

(Do Sr. Paulo Gouvêa e Outros)

Dá nova redação ao inciso IV do artigo 206 da Constituição Federal, que trata dos princípios com base nos quais será ministrado o ensino.

(APENSE-SE À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 123/95)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Dê-se ao inciso IV do art. 206 a seguinte redação:

Art. 206 .....

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, observado o disposto no inc. VIII;

Art. 2º Acrescente-se ao art. 206, o inc. VIII, com a seguinte redação:

Art. 206, ..... .

VIII - prestação de serviços à comunidade, por 1 (um) ano, pelos diplomados em estabelecimentos oficiais de ensino superior, na forma da lei.

### **JUSTIFICAÇÃO**

O Brasil realiza, em termos relativos, considerável esforço de investimento na Educação, dispendendo nesse setor um dos maiores percentuais de suas despesas públicas (17,7%). Este apoio à formação de quadros profissionais qualificados tem, hoje, apenas uma contrapartida social indireta e diluída, na medida em que novos agentes ingressam na vida econômica do país.

A sociedade não conta com mecanismos de retorno direto e imediato.

Ressalte-se que as distorções estruturais no sistema educacional agravam as distâncias sociais, uma vez que, em regra, a clientela do ensino superior público é constituída por egressos do sistema privado de ensino no nível médio, que ocupam posições no topo da pirâmide social. Consolida-se assim, o caráter excludente do modelo educacional.

A proposta apresentada permite que os diplomados auxiliem o Poder Público no atendimento às demandas mais urgentes, sobretudo na área social. Regiões carentes de determinados tipos de profissionais poderão ser contempladas. Será complementada a formação profissional, colocando ainda os recém-formados em contato com a realidade do país - bastante distinta do ambiente universitário. Poderá, eventualmente, haver um estímulo à interiorização da mão-de-obra, na medida em que os profissionais optem por se estabelecer nas localidades onde prestarem os serviços.

Assim sendo, apresento esta emenda constitucional à consideração dos pares no Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 21 de Setembro de 1995.

Deputado PAULO GOUVÊA

#### DEPUTADO

ADELSON RIBEIRO  
ADHEMAR DE BARROS FILHO  
ADROALDO STRECK  
AFFONSO CAMARGO  
ALBERICO FILHO  
ALBERTO GOLDMAN  
ALBERTO SILVA  
ALCIONE ATHAYDE  
ALEXANDRE CERANTO  
ALOYSIO NUNES FERREIRA  
ALVARO GAUDENCIO NETO  
ALZIRA EWERTON  
ANA JULIA  
ANTONIO DO VALLE  
ANTONIO FEIJAO  
ANTONIO GERALDO  
ANTONIO JOAQUIM ARAUJO  
ANTONIO JORGE  
ARMANDO ABILIO  
ARMANDO COSTA  
AUGUSTO CARVALHO  
AUGUSTO NARDES  
AUGUSTO VIVEIROS  
B. SA  
BARBOSA NETO  
BENEDITO DE LIRA  
BENEDITO DOMINGOS  
BENEDITO GUIMARAES  
BETINHO ROSADO  
BONIFACIO DE ANDRADA  
CARLOS APOLINARIO  
CARLOS MELLES  
CARLOS NELSON  
CHICAO BRIGIDO  
CHICO DA PRINCESA  
CIDINHA CAMPOS  
CLAUDIO CAJADO  
CONFUCIO MOURA  
CUNHA BUENO  
DARCI COELHO

DARCISIO PERONDI  
DE VELASCO  
DILSO SPERAFICO  
DUILIO PISANESCHI  
EDINHO BEZ  
EDISON ANDRINO  
EDSON SOARES  
EDUARDO BARBOSA  
EDUARDO JORGE  
  
ELISEU MOURA  
ELTON ROHNELT  
ENIO BACCI  
EULER RIBEIRO  
EURIPEDES MIRANDA  
FERNANDO GABEIRA  
FERNANDO LYRA  
FERNANDO ZUPPO  
FEU ROSA  
FIRMO DE CASTRO  
FRANCISCO DIOGENES  
FRANCISCO DORNELLES  
GEDDEL VIEIRA LIMA  
GENESIO BERNARDINO  
GERSON PERES  
GERVASIO OLIVEIRA  
GILVAN FREIRE  
GONZAGA MOTA  
GONZAGA PATRIOTA  
HELIO ROSAS  
HERCULANO ANGHINETTI  
HERMES PARCIANELLO  
HILARIO COIMBRA  
HOMERO OGUIDO  
HUMBERTO COSTA  
IBERE FERREIRA  
ITAMAR SERPA  
IVO MAINARDI  
JAIR BOLSONARO  
JAIR SIQUEIRA

JAIR SOARES  
JAYME SANTANA  
JOAO COLACO  
JOAO FASSARELLA  
JOAO HENRIQUE  
JOAO IENSEN  
JOAO PIZZOLATTI  
JORGE WILSON  
JOSE ALDEMIR  
JOSE BORBA  
JOSE CARLOS VIEIRA  
JOSE COIMBRA  
JOSE DE ABREU  
JOSE JANENE  
JOSE LUIZ CLEROT  
JOSE MUCIO MONTEIRO  
JOSE REZENDE  
JOSE THOMAZ NONO  
LAIRE ROSADO  
LAPROVITA VIEIRA  
LEONEL PAVAN  
LEONIDAS CRISTINO  
LEOPOLDO BESSONE  
LEUR LOMANTO  
LUCIANO CASTRO  
  
LUIZ BARBOSA  
LUIZ BUAIZ  
LUIZ DURAO  
LUIZ PIAUHYLINO  
MAGNO BACELAR  
MARCIA MARINHO  
MARCONI PERILLO  
MARCOS LIMA  
MARIO CAVALLAZZI  
MARISA SERRANO  
MARQUINHO CHEDID  
MAURI SERGIO  
MAURICIO REQUIAO  
NAIR XAVIER LOBO

NAN SOUZA  
 NEWTON CARDOSO  
 NILMARIO MIRANDA  
 OLAVIO ROCHA  
 OSCAR GOLDONI  
 OSMANIO PEREIRA  
 OSVALDO BIOLCHI  
 PAES DE ANDRADE  
 PAULO BAUER  
 PAULO BORNHAUSEN  
 PAULO RITZEL  
 PAULO ROCHA  
 PEDRINHO ABRAO  
 PEDRO CANEDO  
 PEDRO CORREA  
 PHILEMON RODRIGUES  
 PIMENTEL GOMES  
 RAIMUNDO BEZERRA  
 RAIMUNDO SANTOS  
 RAUL BELEM  
 REGIS DE OLIVEIRA  
 RICARDO BARROS  
 ROBERTO BALESTRA  
 ROBERTO PESSOA  
 ROBERTO ROCHA  
 ROBERTO VALADAO

ROGERIO SILVA  
 ROMEL ANIZIO  
 ROMMEL FEIJO  
 RONIVON SANTIAGO  
 RUBENS COSAC  
 SALOMAO CRUZ  
 SANDRO MABEL  
 SAULO QUEIROZ  
 SERGIO BARCELLOS  
 SEVERIANO ALVES  
 SEVERINO CAVALCANTI  
 SILVIO TORRES  
 SIMARA ELLERY  
 SOCORRO GOMES  
 UBALDO CORREA  
 UDSON BANDEIRA  
 USHITARO KAMIA  
 VALDENOR GUEDES  
 VALDIR COLATTO  
 VILMAR ROCHA  
 WAGNER ROSSI  
 WELINTON FAGUNDES  
 WOLNEY QUEIROZ  
 YEDA CRUSIUS  
 ZE GOMES DA ROCHA  
 ZILA BEZERRA

ASSINATURAS CONFIRMADAS.....	171
ASSINATURAS QUE NAO CONFEREM.....	18
ASSINATURAS DE DEPUTADOS LICENCIADOS.....	1
ASSINATURAS ILEGIVEIS.....	1
TOTAL DE ASSINATURAS.....	191

#### ASSINATURAS QUE NAO CONFEREM

ANTONIO BRASIL  
 ARNON BEZERRA  
 CIRO NOGUEIRA  
 ENIVALDO RIBEIRO  
 EZIDIO PINHEIRO  
 FELIX MENDONCA  
 IVANDRO CUNHA LIMA  
 JOAO MAIA  
 JOAO RIBEIRO

JOSE SANTANA DE VASCONCELLOS  
 MOISES LIPNIK  
 NEDSON MICHELETI  
 NELSON MARCHEZAN  
 PAULO HESLANDER  
 RENAN KURTZ  
 SALATIEL CARVALHO  
 WALDIR DIAS  
 WELSON GASPARINI

#### ASSINATURAS DE DEPUTADOS LICENCIADOS

ARIOSTO HOLANDA

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Seção de Atas

Ofício nº 324 / 95

Brasília, 22 de setembro de 1995.

Senhor Secretário-Geral:

Comunico a Vossa Senhoria que a Proposta de Emenda à Constituição, do Senhor Paulo Gouvêa, que "**dá nova redação ao inciso IV do art. 206 da Constituição Federal, que trata dos princípios com base nos quais será ministrado o ensino**", contém número suficiente de signatários, constando a referida proposição de:

171 assinaturas válidas;  
018 assinaturas que não conferem;  
001 assinatura ilegível; e  
001 assinatura de deputado licenciado.

Atenciosamente,

FRANCISCO DA SILVA CARDOZO,  
Chefe

A Sua Senhoria o Senhor  
Dr. MOZART VIANNA DE PAIVA  
Secretário-Geral da Mesa  
N E S T A

"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS-CeDI"

**CONSTITUIÇÃO**  
**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**1988**

.....

## TÍTULO IV

---

### DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

#### CAPÍTULO I

#### DO PODER LEGISLATIVO

#### ..... SEÇÃO VIII

#### DO PROCESSO LEGISLATIVO

#### ..... SUBSEÇÃO II

#### DA EMENDA À CONSTITUIÇÃO

**Art. 60.** A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II – do Presidente da República;

III – de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1.º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2.º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3.º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4.º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I – a forma federativa de Estado;

II – o voto direto, secreto, universal e periódico;

III – a separação dos Poderes;

IV – os direitos e garantias individuais.

§ 5.º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

---

**TÍTULO VIII**  
**DA ORDEM SOCIAL**

---

.....

**CAPÍTULO III**

**DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO**

**SEÇÃO I**

**DA EDUCAÇÃO**

.....

**Art. 206.** O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
  - II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
  - III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
  - IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
  - V – valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;
  - VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
  - VII – garantia de padrão de qualidade
- .....
- .....

# **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 318, DE 2004**

**(Do Sr. Valdemar Costa Neto e outros)**

Modifica a Constituição Federal, tornando obrigatório o Serviço Estudantil Social, como contrapartida ao investimento público, a todos os estudantes de instituições públicas de ensino superior.

**DESPACHO:**  
APENSE-SE À PEC-206/1995.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do Art. 60 da Constituição Federal, promulgam as seguintes emendas ao texto constitucional:

Art. 1º O Inciso IV do Art. 206 da Constituição Federal passa a ter a seguinte redação:

**“Art. 206.....**

**IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, sem prejuízo do estabelecimento de contrapartida social na modalidade de Serviço Social Estudantil não remunerado para os alunos das instituições públicas de ensino superior.”**

Art. 2º O Art. 207 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

**“Art. 207.....**

**§ 3º - A autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das Universidades Públicas será exercida sem prejuízo do cumprimento da obrigatoriedade de prestação de Serviço Social Obrigatório a todo beneficiário de sua gratuidade.”**

Art. 3º O § 1º do Art. 208 da Constituição Federal passa a ter a seguinte redação:

**“Art. 208.....**

**IV - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo, sem prejuízo da**

**prestação de Serviço Social Obrigatório a todos os  
alunos do ensino público superior.”**

Art. 4º O Art. 212 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 6º e 7º:

**“Art. 212.....**

**§ 6º - Todos os estudantes de instituições públicas de ensino superior do Brasil ficam obrigados à prestação do Serviço Estudantil Social, como contrapartida indispensável à sociedade pelo benefício do ensino gratuito.**

**§ 7º - A prestação do Serviço Estudantil Social é modalidade de estágio não remunerado, obrigatório e indispensável pelo qual os estudantes de instituições de ensino público prestarão serviços à Nação por período determinado.**

**§ 8º O Serviço Estudantil Social será prestado ao longo de todo o curso em no mínimo 6 horas por semana.**

**§ 9º O Serviço Social será condição indispensável para a formatura ao final do curso, como estágio supervisionado com avaliação de desempenho e exigência de aprovação, podendo ser constituído de jornada de seis horas diárias ao longo de um ano ou na prestação de serviço social em tempo integral por seis meses à escolha do formando.**

**§ 10 º O Poder Público poderá oferecer ainda modalidade opção com duração de três meses ao fim do curso de Serviço Social Avançado que se constituirá de expedição de serviço a rincões remotos ou necessitados do território nacional.”**

### **JUSTIFICAÇÃO**

A presente Proposta de Emenda à Constituição pretende oferecer uma resposta original e oportuna ao descabido privilégio do ensino superior sem contrapartida, quase sempre de nenhuma espécie, por parte do estudante, em um país de minguados recursos para atender a necessidades básicas tais como saúde, saneamento básico e educação.

Não se compreende que nossas vagas de ensino universitário, cujo dispêndio de verbas públicas sangra os poucos recursos disponíveis, inclusive para a pesquisa, continuem a ser prodigamente ocupadas sem nenhuma espécie de contrapartida social por parte do beneficiário do investimento público.

Sem caracterizar um rompimento com o princípio do ensino gratuito, a presente proposta exige de todos aqueles, que tiveram acesso a vagas em cursos superiores mantidos por instituições públicas de ensino, serviço por tempo determinado em prol da sociedade, seja em hospitais públicos para os futuros profissionais da área, seja em escolas de ensino básico e médio, seja no serviço propriamente social, seja na construção de estradas e casas populares, seja na participação em projetos desportivos ou culturais, sempre em consonância com a formação do educando.

A proposta traz duplo benefício: ao país, que passa a contar com renovada força de trabalho e ao estudante, que desde cedo, no progresso de seu curso, passa a estar integrado ao debate profissional e a viver de perto os problemas sociais relacionados à sua carreira, estreitando em muito a constrangedora distância entre a teoria e a prática de nossa Educação.

Haja vista que também fica estabelecido que o Poder Público poderá promover ações semelhantes ao saudoso Projeto Rondon, que tantas gerações de profissionais competentes formou, antenados com a realidade nacional e suas premências, nas diferentes regiões deste país continental.

É legítimo salientar que, em função de desvios, que refletem o desequilíbrio de oportunidades já no ensino fundamental e médio, as cadeiras disponíveis no ensino superior público são majoritariamente ocupadas por estudantes da classe média e alta, que poderiam arcar com os custos de um ensino particular, enfraquecendo, pelo flagrante desvio, tanto o ensino público quanto as instituições privadas. É possível se esperar que, diante da nova contrapartida social a ser exigida, estudantes oriundos de classes mais abonadas passem a optar pelo ensino privado, para terem acesso mais imediato ao mercado de trabalho, desafogando a pressão por vagas nos vestibulares para as universidades públicas e valorizando o acesso e a formação nas instituições privadas de ensino.

Pelo amplo alcance da presente proposta, peço aos nobres pares desta Casa apoio para rápida tramitação e breve aprovação desta que poderá se traduzir numa das mais profícuas revoluções do ensino em nosso país.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 2004.

**Deputado Valdemar Costa Neto**  
**(PL-SP)**

**Proposição:** PEC-318/2004

**Autor:** VALDEMAR COSTA NETO E OUTROS

**Data de Apresentação:** 15-09-2004 19:15:00

**Ementa:** Modifica a Constituição Federal, tornando obrigatório o Serviço Estudantil Social, como contrapartida ao investimento público, a todos os estudantes de instituições públicas de ensino superior.

**Possui Assinaturas Suficientes:** SIM

**Total de Assinaturas:**

Confirmadas:181

Não Conferem:8

Fora do Exercício:0

Repetidas:17

Ilegíveis:0

Retiradas:0

**Assinaturas Confirmadas**

- 1-ADÃO PRETTO (PT-RS)
- 2-AIRTON ROVEDA (PMDB-PR)
- 3-ALBERTO FRAGA (PTB-DF)
- 4-ALMEIDA DE JESUS (PL-CE)
- 5-ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB-RJ)
- 6-ALMIR MOURA (PL-RJ)
- 7-ALMIR SÁ (PL-RR)
- 8-AMADOR TUT (PL-MT)
- 9-AMARI GASQUES (PL-SP)
- 10-ANDRÉ LUIZ (PMDB-RJ)
- 11-ANGELA GUADAGNIN (PT-SP)
- 12-ANÍBAL GOMES (PMDB-CE)
- 13-ANN PONTES (PMDB-PA)
- 14-ANSELMO (PT-RO)
- 15-ANTONIO CAMBRAIA (PSDB-CE)
- 16-ANTONIO JOAQUIM (PP-MA)
- 17-ANTONIO NOGUEIRA (PT-AP)
- 18-ARIOSTO HOLANDA (PSDB-CE)
- 19-ARNON BEZERRA (PTB-CE)
- 20-ASSIS MIGUEL DO COUTO (PT-PR)
- 21-ÁTILA LIRA (PSDB-PI)
- 22-B. SÁ (PPS-PI)
- 23-BENJAMIN MARANHÃO (PMDB-PB)
- 24-BERNARDO ARISTON (PMDB-RJ)
- 25-BOSCO COSTA (PSDB-SE)
- 26-CABO JÚLIO (PSC-MG)
- 27-CARLITO MERSS (PT-SC)
- 28-CARLOS DUNGA (PTB-PB)
- 29-CARLOS MOTA (PL-MG)
- 30-CARLOS NADER (PL-RJ)
- 31-CARLOS RODRIGUES (PL-RJ)
- 32-CARLOS SANTANA (PT-RJ)
- 33-CARLOS SOUZA (PP-AM)
- 34-CELCITA PINHEIRO (PFL-MT)

35-CELSO RUSSOMANNO (PP-SP)  
36-CHICO ALENCAR (PT-RJ)  
37-CIRO NOGUEIRA (PP-PI)  
38-CORONEL ALVES (PL-AP)  
39-DAMIAO FELICIANO (PP-PB)  
40-DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA)  
41-DARCI COELHO (PP-TO)  
42-DEVANIR RIBEIRO (PT-SP)  
43-DILCEU SPERAFICO (PP-PR)  
44-DR. HELENO (PP-RJ)  
45-DR. RIBAMAR ALVES (PSB-MA)  
46-DR. ROSINHA (PT-PR)  
47-DURVAL ORLATO (PT-SP)  
48-EDISON ANDRINO (PMDB-SC)  
49-EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG)  
50-EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ)  
51-EDUARDO SCIARRA (PFL-PR)  
52-ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO (PRONA-SP)  
53-ELISEU MOURA (PP-MA)  
54-ELISEU RESENDE (PFL-MG)  
55-ENIO BACCI (PDT-RS)  
56-FÉLIX MENDONÇA (PFL-BA)  
57-FRANCISCO GARCIA (PP-AM)  
58-FRANCISCO RODRIGUES (PFL-RR)  
59-GERALDO RESENDE (PPS-MS)  
60-GIACOBO (PL-PR)  
61-GILBERTO NASCIMENTO (PMDB-SP)  
62-GORETE PEREIRA (PL-CE)  
63-HELENO SILVA (PL-SE)  
64-HENRIQUE EDUARDO ALVES (PMDB-RN)  
65-HUMBERTO MICHILES (PL-AM)  
66-ILDEU ARAUJO (PP-SP)  
67-INALDO LEITÃO (PL-PB)  
68-IVAN RANZOLIN (PP-SC)  
69-IVO JOSÉ (PT-MG)  
70-JAIME MARTINS (PL-MG)  
71-JAIR BOLSONARO (PTB-RJ)  
72-JEFFERSON CAMPOS (PMDB-SP)  
73-JOÃO ALFREDO (PT-CE)  
74-JOÃO BATISTA (PFL-SP)  
75-JOÃO CALDAS (PL-AL)  
76-JOÃO CAMPOS (PSDB-GO)  
77-JOÃO LEÃO (PL-BA)  
78-JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG)  
79-JOÃO MENDES DE JESUS (PSL-RJ)  
80-JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL-MG)  
81-JOÃO TOTA (PL-AC)  
82-JOAQUIM FRANCISCO (PTB-PE)  
83-JONIVAL LUCAS JUNIOR (PTB-BA)  
84-JORGE PINHEIRO (PL-DF)  
85-JOSÉ DIVINO (PMDB-RJ)  
86-JOSÉ LINHARES (PP-CE)  
87-JOSÉ MILITÃO (PTB-MG)

88-JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PFL-DF)  
89-JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PL-MG)  
90-JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL-AL)  
91-JOSUÉ BENGTON (PTB-PA)  
92-JÚLIO CESAR (PFL-PI)  
93-JÚLIO DELGADO (PPS-MG)  
94-JURANDIR BOIA (PSB-AL)  
95-JUTAHY JUNIOR (PSDB-BA)  
96-LAEL VARELLA (PFL-MG)  
97-LAVOISIER MAIA (PSB-RN)  
98-LEODEGAR TISCOSKI (PP-SC)  
99-LEONARDO MATTOS (PV-MG)  
100-LEONARDO PICCIANI (PMDB-RJ)  
101-LEONARDO VILELA (PP-GO)  
102-LEÔNIDAS CRISTINO (PPS-CE)  
103-LINCOLN PORTELA (PL-MG)  
104-LINO ROSSI (PSB-MT)  
105-LUCIANO CASTRO (PL-RR)  
106-LUIS CARLOS HEINZE (PP-RS)  
107-LUIZ BITTENCOURT (PMDB-GO)  
108-LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR)  
109-LUIZ CARREIRA (PFL-BA)  
110-MANATO (PDT-ES)  
111-MARCELO GUIMARÃES FILHO (PFL-BA)  
112-MARCELO ORTIZ (PV-SP)  
113-MARCONDES GADELHA (PTB-PB)  
114-MARCOS ABRAMO (PFL-SP)  
115-MARCOS DE JESUS (PL-PE)  
116-MARIA HELENA (PPS-RR)  
117-MÁRIO ASSAD JÚNIOR (PL-MG)  
118-MÁRIO NEGROMONTE (PP-BA)  
119-MAURÍCIO RABELO (PL-TO)  
120-MAURO BENEVIDES (PMDB-CE)  
121-MAURO LOPES (PMDB-MG)  
122-MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB-RS)  
123-MIGUEL DE SOUZA (PL-RO)  
124-MILTON BARBOSA (PFL-BA)  
125-MILTON MONTI (PL-SP)  
126-MUSSA DEMES (PFL-PI)  
127-NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP)  
128-NELSON MEURER (PP-PR)  
129-NELSON TRAD (PMDB-MS)  
130-NEUCIMAR FRAGA (PL-ES)  
131-NILTON CAPIXABA (PTB-RO)  
132-OSMÂNIO PEREIRA (PTB-MG)  
133-OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR)  
134-OSVALDO BIOLCHI (PMDB-RS)  
135-OSVALDO REIS (PMDB-TO)  
136-PAES LANDIM (PTB-PI)  
137-PASTOR AMARILDO (PSC-TO)  
138-PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO (PSB-PE)  
139-PASTOR FRANKEMBERGEN (PTB-RR)  
140-PASTOR PEDRO RIBEIRO (PMDB-CE)

141-PAULO BAUER (PFL-SC)  
142-PAULO GOUVÊA (PL-RS)  
143-PAULO KOBAYASHI (PSDB-SP)  
144-PAULO ROCHA (PT-PA)  
145-PEDRO CHAVES (PMDB-GO)  
146-PEDRO FERNANDES (PTB-MA)  
147-PEDRO NOVAIS (PMDB-MA)  
148-PHILEMON RODRIGUES (PTB-PB)  
149-RAFAEL GUERRA (PSDB-MG)  
150-RAIMUNDO SANTOS (PL-PA)  
151-REINALDO BETÃO (PL-RJ)  
152-REMI TRINTA (PL-MA)  
153-RENILDO CALHEIROS (PCdoB-PE)  
154-RICARDO BARROS (PP-PR)  
155-RICARDO RIQUE (PL-PB)  
156-ROBERTO GOUVEIA (PT-SP)  
157-RONALDO CAIADO (PFL-GO)  
158-RONALDO VASCONCELLOS (PTB-MG)  
159-RONIVON SANTIAGO (PP-AC)  
160-RUBINELLI (PT-SP)  
161-SANDRO MABEL (PL-GO)  
162-SEBASTIÃO MADEIRA (PSDB-MA)  
163-SERGIO CAIADO (PP-GO)  
164-SEVERIANO ALVES (PDT-BA)  
165-SILAS BRASILEIRO (PMDB-MG)  
166-SIMPLÍCIO MÁRIO (PT-PI)  
167-TAKAYAMA (PMDB-PR)  
168-TARCISIO ZIMMERMANN (PT-RS)  
169-VALDEMAR COSTA NETO (PL-SP)  
170-VANDERLEI ASSIS (PP-SP)  
171-VICENTE ARRUDA (PSDB-CE)  
172-VICENTINHO (PT-SP)  
173-VIEIRA REIS (PMDB-RJ)  
174-VILMAR ROCHA (PFL-GO)  
175-WAGNER LAGO (PP-MA)  
176-WANDERVAL SANTOS (PL-SP)  
177-WELLINGTON ROBERTO (PL-PB)  
178-ZÉ GERARDO (PMDB-CE)  
179-ZÉ LIMA (PP-PA)  
180-ZICO BRONZEADO (PT-AC)  
181-ZONTA (PP-SC)

**Assinaturas que Não Conferem**

1-EDUARDO VALVERDE (PT-RO)  
2-FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ)  
3-GASTÃO VIEIRA (PMDB-MA)  
4-GILMAR MACHADO (PT-MG)  
5-GONZAGA MOTA (PSDB-CE)  
6-JOSIAS QUINTAL (PMDB-RJ)  
7-NILTON CAPIXABA (PTB-RO)  
8-PEDRO IRUJO (PL-BA)

**Assinaturas Repetidas**

1-AMADOR TUT (PL-MT)  
2-AMAURI GASQUES (PL-SP)

3-CARLOS MOTA (PL-MG)  
4-CARLOS NADER (PL-RJ)  
5-CARLOS RODRIGUES (PL-RJ)  
6-DR. HELENO (PP-RJ)  
7-GORETE PEREIRA (PL-CE)  
8-INALDO LEITÃO (PL-PB)  
9-JOÃO LEÃO (PL-BA)  
10-JOÃO TOTA (PL-AC)  
11-MÁRIO ASSAD JÚNIOR (PL-MG)  
12-MIGUEL DE SOUZA (PL-RO)  
13-MILTON MONTI (PL-SP)  
14-NEUCIMAR FRAGA (PL-ES)  
15-REINALDO BETÃO (PL-RJ)  
16-SANDRO MABEL (PL-GO)  
17-ZONTA (PP-SC)

<p><b>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</b></p>
---

**CONSTITUIÇÃO  
DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
1988**

.....

**TÍTULO VIII  
DA ORDEM SOCIAL**

.....

**CAPÍTULO III  
DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO**

**Seção I  
Da Educação**

.....

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

\* *Inciso V com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.

*\* § 1º acrescido pela Emenda Constitucional nº 11, de 30/04/1996.*

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica.

*\* § 2º acrescido pela Emenda Constitucional nº 11, de 30/04/1996.*

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

*\* Inciso I com redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 12/09/1996.*

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;

*\* Inciso II com redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 12/09/1996.*

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

*\* § 1º com redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 12/09/1996.*

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

*\* § 2º com redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 12/09/1996.*

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.

*\* § 3º acrescido pela Emenda Constitucional nº 14, de 12/09/1996.*

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, os Estados e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.

*\* § 4º acrescido pela Emenda Constitucional nº 14, de 12/09/1996.*

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no caput deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do plano nacional de educação.

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas, na forma da lei.

*\* § 5º com redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 12/09/1996.*

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

§ 1º Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade

da residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

§ 2º As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público.

.....  
.....

## **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 396, DE 2009**

**(Do Sr. Luiz Alberto e outros)**

Acrescenta o art. 210-A à Constituição Federal, instituindo a prestação de serviço social obrigatório e remunerado, na forma da lei, como condição para obtenção do diploma, no ensino superior de graduação.

<p><b>DESPACHO:</b> APENSE-SE À(AO) PEC-318/2004.</p>
---

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar acrescida do seguinte art. 210-A:

*"Art.210-A. A prestação de serviço social obrigatório e remunerado, na forma da lei, será condição para obtenção do diploma, no ensino superior de graduação."*

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

A educação cumpre inegavelmente uma função social. O desenvolvimento econômico e social de um País depende da qualidade da formação oferecida aos seus cidadãos, especialmente aos profissionais de mais alto nível.

Esta formação, para atender não apenas aos interesses e anseios dos indivíduos, mas também às necessidades de toda a sociedade, precisa

fornecer aos estudantes uma adequada percepção das responsabilidades do cidadão-profissional para com o meio que o cerca, a comunidade a que pertence.

Estas razões certamente são as que inspiram a existência, em vários países, da obrigatoriedade de prestação de serviço social por parte dos estudantes de nível superior, oferecida e garantida pelo Poder Público. São exemplos próximos países como o México, a Colômbia e a Venezuela.

No Brasil, podemos acrescentar outro importante motivo para a instituição do serviço social obrigatório: responder às demandas da sociedade nas comunidades onde há carências de serviços públicos. Um bom exemplo é a falta de profissionais da área de saúde em municípios do interior, problema que afeta o país inteiro.

Em várias legislaturas, foram apresentados diversos projetos de lei tratando da matéria, de forma genérica ou particularmente voltada para alguns ramos de formação profissional. Os pareceres emitidos acerca dessas proposições geralmente apontaram a falta de fundamento constitucional para sua tramitação exitosa, não obstante a relevância da matéria tenha sido freqüentemente reconhecida.

Admitido o significado social da medida, esta Proposta de Emenda Constitucional pretende, pois, assegurar a inserção desse instituto no ordenamento maior da educação brasileira, abrindo as portas para a aprovação futura de uma legislação ordinária que de fato concilie os deveres do Estado, os direitos dos cidadãos e a formação comprometida com as necessidades das diferentes regiões da sociedade brasileira.

Uma especificidade desta Proposta deve ser destacada: ela não trata o serviço social como contraprestação, pelo estudante, em função da oferta do ensino superior pelo Estado. E tampouco torna este serviço equivalente ao serviço militar, que tem outras finalidades na formação da cidadania. A Proposta tem como pressupostos a função social da educação e a relevância desse serviço para a formação superior dos estudantes, comprometida com a realidade que os cerca. Por isso, pretende obrigar a todos, de instituições públicas e particulares.

Este convencimento motiva a apresentação da presente proposição, cujo mérito haverá de assegurar o apoio dos ilustres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 2009.

Deputado **LUIZ ALBERTO** (PT/BA)

**Proposição:** PEC 0396/09

**Autor:** LUIZ ALBERTO E OUTROS

**Data de Apresentação:** 19/08/2009 2:43:00 PM

**Ementa:** Acrescenta o art. 210-A à Constituição Federal, instituindo a prestação de serviço social obrigatório e remunerado, na forma da lei, como condição para obtenção do diploma, no ensino superior de graduação.

**Possui Assinaturas Suficientes:** SIM

**Total de Assinaturas:**

Confirmadas: 208

Não Conferem: 008

Fora do Exercício: 005

Repetidas: 014

Ilegíveis: 000

Retiradas: 000

Total: 235

**Assinaturas Confirmadas**

- 1-MAURO LOPES (PMDB-MG)
- 2-JOÃO PAULO CUNHA (PT-SP)
- 3-DÉCIO LIMA (PT-SC)
- 4-ANTONIO BULHÕES (PMDB-SP)
- 5-LEANDRO VILELA (PMDB-GO)
- 6-ELIENE LIMA (PP-MT)
- 7-OSVALDO BIOLCHI (PMDB-RS)
- 8-VALADARES FILHO (PSB-SE)
- 9-MÁRCIO FRANÇA (PSB-SP)
- 10-DR. NECHAR (PV-SP)
- 11-PAULO ABI-ACKEL (PSDB-MG)
- 12-SEBASTIÃO BALA ROCHA (PDT-AP)
- 13-MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS)
- 14-RAUL HENRY (PMDB-PE)
- 15-PAES LANDIM (PTB-PI)
- 16-RÔMULO GOUVEIA (PSDB-PB)
- 17-LÁZARO BOTELHO (PP-TO)
- 18-MARCIO JUNQUEIRA (DEM-RR)
- 19-HOMERO PEREIRA (PR-MT)
- 20-JOSÉ MAIA FILHO (DEM-PI)
- 21-RICARDO BERZOINI (PT-SP)
- 22-JÔ MORAES (PCdoB-MG)
- 23-ROBERTO BRITTO (PP-BA)
- 24-CÂNDIDO VACCAREZZA (PT-SP)
- 25-FERNANDO FERRO (PT-PE)
- 26-JOÃO MATOS (PMDB-SC)
- 27-RIBAMAR ALVES (PSB-MA)
- 28-ARMANDO ABÍLIO (PTB-PB)
- 29-LUIZ SÉRGIO (PT-RJ)

30-JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE)  
31-LAERTE BESSA (PMDB-DF)  
32-JAIME MARTINS (PR-MG)  
33-WLADIMIR COSTA (PMDB-PA)  
34-SANDRO MABEL (PR-GO)  
35-DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS)  
36-FILIPPE PEREIRA (PSC-RJ)  
37-OSVALDO REIS (PMDB-TO)  
38-LUIZ ALBERTO (PT-BA)  
39-FELIPE MAIA (DEM-RN)  
40-WOLNEY QUEIROZ (PDT-PE)  
41-NILSON PINTO (PSDB-PA)  
42-PEDRO CHAVES (PMDB-GO)  
43-OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR)  
44-VICENTINHO ALVES (PR-TO)  
45-NELSON TRAD (PMDB-MS)  
46-JILMAR TATTO (PT-SP)  
47-ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG)  
48-JERÔNIMO REIS (DEM-SE)  
49-ZÉ GERALDO (PT-PA)  
50-ALDO REBELO (PCdoB-SP)  
51-EFRAIM FILHO (DEM-PB)  
52-RAUL JUNGSMANN (PPS-PE)  
53-EUDES XAVIER (PT-CE)  
54-NELSON MEURER (PP-PR)  
55-MAURO NAZIF (PSB-RO)  
56-MANATO (PDT-ES)  
57-PINTO ITAMARATY (PSDB-MA)  
58-MARCELO GUIMARÃES FILHO (PMDB-BA)  
59-NEUDO CAMPOS (PP-RR)  
60-DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA)  
61-TADEU FILIPPELLI (PMDB-DF)  
62-MAGELA (PT-DF)  
63-AIRTON ROVEDA (PR-PR)  
64-JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA (PV-MG)  
65-SEVERIANO ALVES (PDT-BA)  
66-CARLOS MELLES (DEM-MG)  
67-JOÃO CAMPOS (PSDB-GO)  
68-PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB-RS)  
69-JACKSON BARRETO (PMDB-SE)  
70-PEPE VARGAS (PT-RS)  
71-REBECCA GARCIA (PP-AM)  
72-DUARTE NOGUEIRA (PSDB-SP)  
73-FRANCISCO TENORIO (PMN-AL)  
74-EDINHO BEZ (PMDB-SC)  
75-CARLOS ALBERTO CANUTO (PMDB-AL)  
76-CELSO MALDANER (PMDB-SC)  
77-RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF)  
78-PEDRO WILSON (PT-GO)  
79-MAJOR FÁBIO (DEM-PB)  
80-JÚLIO CESAR (DEM-PI)  
81-RATINHO JUNIOR (PSC-PR)  
82-CARLOS SANTANA (PT-RJ)

83-JORGINHO MALULY (DEM-SP)  
84-LUCIANA COSTA (PR-SP)  
85-SÉRGIO MORAES (PTB-RS)  
86-MÁRCIO MARINHO (PR-BA)  
87-ÁTILA LIRA (PSB-PI)  
88-ANDRE VARGAS (PT-PR)  
89-ÁTILA LINS (PMDB-AM)  
90-GIVALDO CARIMBÃO (PSB-AL)  
91-ELIZEU AGUIAR (PTB-PI)  
92-MAURÍCIO RANDS (PT-PE)  
93-JOSÉ CARLOS VIEIRA (DEM-SC)  
94-EDUARDO VALVERDE (PT-RO)  
95-REGINALDO LOPES (PT-MG)  
96-EDMAR MOREIRA (PR-MG)  
97-ACÉLIO CASAGRANDE (PMDB-SC)  
98-ADEMIR CAMILO (PDT-MG)  
99-SERGIO PETECÃO (PMN-AC)  
100-EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE)  
101-GERALDO PUDIM (PMDB-RJ)  
102-VALTENIR PEREIRA (PSB-MT)  
103-ULDURICO PINTO (PMN-BA)  
104-NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP)  
105-MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL)  
106-DAMIÃO FELICIANO (PDT-PB)  
107-CLEBER VERDE (PRB-MA)  
108-ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA)  
109-LUIZ COUTO (PT-PB)  
110-MAURO BENEVIDES (PMDB-CE)  
111-PAULO ROCHA (PT-PA)  
112-MOACIR MICHELETTO (PMDB-PR)  
113-LUIZ CARREIRA (DEM-BA)  
114-GEORGE HILTON (PP-MG)  
115-LEONARDO QUINTÃO (PMDB-MG)  
116-PAULO RUBEM SANTIAGO (PDT-PE)  
117-BETO ALBUQUERQUE (PSB-RS)  
118-CHICO LOPES (PCdoB-CE)  
119-PASTOR PEDRO RIBEIRO (PMDB-CE)  
120-COLBERT MARTINS (PMDB-BA)  
121-RUBENS OTONI (PT-GO)  
122-CARLOS ABICALIL (PT-MT)  
123-DELEY (PSC-RJ)  
124-LINDOMAR GARÇON (PV-RO)  
125-JOAQUIM BELTRÃO (PMDB-AL)  
126-MARCONDES GADELHA (PSB-PB)  
127-IRINY LOPES (PT-ES)  
128-VILSON COVATTI (PP-RS)  
129-EDMILSON VALENTIM (PCdoB-RJ)  
130-MARCELO SERAFIM (PSB-AM)  
131-EDUARDO LOPES (PSB-RJ)  
132-VIGNATTI (PT-SC)  
133-FRANCISCO PRACIANO (PT-AM)  
134-DAGOBERTO (PDT-MS)  
135-PAULO PIMENTA (PT-RS)

136-IVAN VALENTE (PSOL-SP)  
137-SILAS CÂMARA (PSC-AM)  
138-DALVA FIGUEIREDO (PT-AP)  
139-BETO FARO (PT-PA)  
140-MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB-RS)  
141-ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT-RJ)  
142-FERNANDO MARRONI (PT-RS)  
143-CARLOS ZARATTINI (PT-SP)  
144-PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT-SP)  
145-ODAIR CUNHA (PT-MG)  
146-SÉRGIO BARRADAS CARNEIRO (PT-BA)  
147-EDUARDO SCIARRA (DEM-PR)  
148-ZÉ VIEIRA (PR-MA)  
149-PAULO TEIXEIRA (PT-SP)  
150-SARAIVA FELIPE (PMDB-MG)  
151-ANÍBAL GOMES (PMDB-CE)  
152-NILSON MOURÃO (PT-AC)  
153-CARLOS WILLIAN (PTC-MG)  
154-VICENTINHO (PT-SP)  
155-ZENALDO COUTINHO (PSDB-PA)  
156-JEFFERSON CAMPOS (PTB-SP)  
157-ZÉ GERARDO (PMDB-CE)  
158-WILSON BRAGA (PMDB-PB)  
159-NEILTON MULIM (PR-RJ)  
160-JANETE ROCHA PIETÁ (PT-SP)  
161-OSMAR JÚNIOR (PCdoB-PI)  
162-WALTER IHOSHI (DEM-SP)  
163-FLÁVIO DINO (PCdoB-MA)  
164-BERNARDO ARISTON (PMDB-RJ)  
165-PAULO HENRIQUE LUSTOSA (PMDB-CE)  
166-EDIGAR MÃO BRANCA (PV-BA)  
167-SABINO CASTELO BRANCO (PTB-AM)  
168-ANTÔNIO CARLOS BIFFI (PT-MS)  
169-ROGERIO LISBOA (DEM-RJ)  
170-VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT-MG)  
171-RODRIGO DE CASTRO (PSDB-MG)  
172-EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG)  
173-JURANDIL JUAREZ (PMDB-AP)  
174-ANTÔNIO ANDRADE (PMDB-MG)  
175-DOMINGOS DUTRA (PT-MA)  
176-ANTONIO CRUZ (PP-MS)  
177-LUIZ CARLOS BUSATO (PTB-RS)  
178-MÁRIO HERINGER (PDT-MG)  
179-GERALDO SIMÕES (PT-BA)  
180-TATICO (PTB-GO)  
181-SILVIO TORRES (PSDB-SP)  
182-JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG)  
183-DEVANIR RIBEIRO (PT-SP)  
184-TAKAYAMA (PSC-PR)  
185-ELISMAR PRADO (PT-MG)  
186-ANSELMO DE JESUS (PT-RO)  
187-ANDRÉ DE PAULA (DEM-PE)  
188-PAULO ROBERTO PEREIRA (PTB-RS)

189-ILDERLEI CORDEIRO (PPS-AC)  
190-LUIZ BITTENCOURT (PMDB-GO)  
191-FERNANDO CORUJA (PPS-SC)  
192-JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP)  
193-MIGUEL CORRÊA (PT-MG)  
194-GLADSON CAMELI (PP-AC)  
195-NELSON BORNIER (PMDB-RJ)  
196-ALEXANDRE SANTOS (PMDB-RJ)  
197-JÚLIO DELGADO (PSB-MG)  
198-EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ)  
199-ASSIS DO COUTO (PT-PR)  
200-ALEX CANZIANI (PTB-PR)  
201-THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT)  
202-FRANCISCO RODRIGUES (DEM-RR)  
203-LINCOLN PORTELA (PR-MG)  
204-ARNON BEZERRA (PTB-CE)  
205-CHICO DA PRINCESA (PR-PR)  
206-CIDA DIOGO (PT-RJ)  
207-EDSON DUARTE (PV-BA)  
208-SIMÃO SESSIM (PP-RJ)

#### **Assinaturas que Não Conferem**

1-VITAL DO RÊGO FILHO (PMDB-PB)  
2-CIRO NOGUEIRA (PP-PI)  
3-FÁBIO FARIA (PMN-RN)  
4-FERNANDO NASCIMENTO (PT-PE)  
5-FELIPE BORNIER (PHS-RJ)  
6-WILSON SANTIAGO (PMDB-PB)  
7-DR. PAULO CÉSAR (PR-RJ)  
8-BONIFÁCIO DE ANDRADA (PSDB-MG)

#### **Assinaturas de Deputados(as) fora do Exercício**

1-FERNANDO DINIZ (PMDB-MG)  
2-LUCIANO PIZZATTO (DEM-PR)  
3-JOSÉ EDMAR (PR-DF)  
4-LUCIANA GENRO (PSOL-RS)  
5-NELSON PELLEGRINO (PT-BA)

#### **Assinaturas Repetidas**

1-VALADARES FILHO (PSB-SE)  
2-DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA)  
3-DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA)  
4-JILMAR TATTO (PT-SP)  
5-PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB-RS)  
6-LUIZ SÉRGIO (PT-RJ)  
7-JOSÉ MAIA FILHO (DEM-PI)  
8-MARCONDES GADELHA (PSB-PB)  
9-MANATO (PDT-ES)  
10-PEPE VARGAS (PT-RS)  
11-JOÃO PAULO CUNHA (PT-SP)  
12-ANSELMO DE JESUS (PT-RO)  
13-LUIZ SÉRGIO (PT-RJ)  
14-NEUDO CAMPOS (PP-RR)

**CONSTITUIÇÃO  
DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
1988**

.....

**TÍTULO VIII  
DA ORDEM SOCIAL**

.....

**CAPÍTULO III  
DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO**

**Seção I  
Da Educação**

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; ([\*Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006\*](#))
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. ([\*Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006\*](#))

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. ([\*Parágrafo único acrescido pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006\*](#))

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. [\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996\)](#)

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. [\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996\)](#)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; [\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996\)](#)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; [\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996\)](#)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; [\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006\)](#)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II - autorização e avaliação de qualidade pelo poder público.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados,

ao Distrito Federal e aos Municípios; [\*\(Parágrafo com redação dada pela Emenda constitucional nº 14, de 1996\)\*](#)

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. [\*\(Parágrafo com redação dada pela Emenda constitucional nº 14, de 1996\)\*](#)

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. [\*\(Parágrafo acrescido pela Emenda constitucional nº 14, de 1996\)\*](#)

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, os Estados e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório. [\*\(Parágrafo acrescido pela Emenda constitucional nº 14, de 1996\)\*](#)

§ 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular. [\*\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006\)\*](#)

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do plano nacional de educação.

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. [\*\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006\)\*](#)

§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. [\*\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006\)\*](#)

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I - comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao poder público, no caso de encerramento de suas atividades.

§ 1º Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o poder público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

§ 2º As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público.

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à:

- I - erradicação do analfabetismo;
  - II - universalização do atendimento escolar;
  - III - melhoria da qualidade do ensino;
  - IV - formação para o trabalho;
  - V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.
- .....
- .....

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

### **I – RELATÓRIO**

A Proposta de Emenda à Constituição nº 123, de 1995, de iniciativa do deputado LUIZ CARLOS HAULY e outros, pretende alterar o inciso IV do art. 206 do texto constitucional, instituindo a possibilidade de cobrança de mensalidade pelos estabelecimentos oficiais de ensino de nível universitário. A mensalidade deveria ser compatível com a renda familiar e seria cobrada nos termos da lei.

Na justificação apresentada, o Autor argumenta que a gratuidade nos estabelecimentos oficiais de ensino universitário tem funcionado, em realidade, como barreira para os alunos carentes de recursos face à desigualdade de condições na competição pelas vagas. Assim, uma vez permitida a cobrança de mensalidade proporcional à renda familiar de cada aluno, os recursos arrecadados poderiam ser aplicados em programas específicos em favor dos alunos carentes, desde a preparação para os concursos de ingresso nos estabelecimentos universitários até o término dos respectivos cursos.

Apensadas a esta, estão as seguintes proposições:

- 1) **PEC nº 206/1995**, de autoria do deputado Paulo Gouvêa e outros, que acrescenta dispositivo ao art. 206 da Constituição Federal com o fim de vincular o direito à gratuidade do ensino público de nível superior à posterior prestação de serviços à comunidade, por um ano, pelos respectivos diplomados;
- 2) **PEC nº 9/1999**, de autoria do deputado Osvaldo Biolchi e outros, que intenta restringir a previsão de gratuidade do ensino público constante do art. 206, inciso IV, aos níveis infantil, fundamental e médio, acrescentando, de outra parte, ao art. 208, entre os

deveres do Estado com a educação, a obrigação de financiar o ensino superior de alunos carentes em instituições públicas ou privadas;

- 3) **PEC nº 32/1999**, de autoria do deputado Pompeo de Mattos e outros, que altera o art. 208 da Constituição para instituir como dever do Estado a oferta de bolsas de estudo e crédito educativo para o ensino médio e superior aos estudantes carentes em instituições privadas de ensino médio e superior, na forma da lei;
- 4) **PEC nº 245/2000**, de autoria do deputado Gessivaldo Isaías e outros, que suprime o inciso IV do art. 206 – que trata da gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais – e acrescenta inciso ao art. 208 estabelecendo que Lei disporá sobre a indenização a que se submeterá o educando concludente de curso superior em instituição pública de ensino;
- 5) **PEC nº 479/2001**, de autoria do deputado Clementino Coelho e outros, que altera a redação do inciso IV do art. 206 para restringir o direito à gratuidade do ensino público em nível superior apenas aos estudantes de baixa renda;
- 6) **PEC nº 27/2003**, de autoria do deputado Mendes Ribeiro Filho e outros, que acrescenta o inciso VIII ao art. 208 do texto constitucional para exigir que o poder público, no caso de inexistência de vagas na rede pública do ensino fundamental, promova a “compra de vagas, em especial em escolas confessionais e comunitárias.”;
- 7) **PEC nº 28/2003**, de autoria do deputado Mendes Ribeiro Filho e outros, que propõe incluir no art. 213 da Constituição a possibilidade de serem destinados recursos públicos também a bolsas de estudo para o ensino superior, e não só ao ensino fundamental e médio;
- 8) **PEC nº 82/2003**, de autoria do deputado Osvaldo Biolchi e outros, que acrescenta inciso ao art. 208 do texto constitucional para incluir entre os deveres do Estado com a Educação o financiamento de alunos comprovadamente carentes do ensino superior, matriculados em instituições públicas ou privadas;
- 9) **PEC nº 102/2003**, de autoria do deputado Wilson Santiago e outros, cujo teor é semelhante ao da PEC 28/2003, já exposto acima;
- 10) **PEC nº 166/2003**, de autoria do deputado Valdemar Costa Neto e outros, que altera os artigos 206 e 208 para neles incluir referência a uma “Taxa de Ampliação e Modernização da Rede de Ensino”, a ser criada e regulamentada por lei de iniciativa do Poder Executivo, devendo ser cobrada de todo estudante de

estabelecimento oficial que tiver comprovada capacidade contributiva, na forma definida em lei;

- 11) **PEC nº 318/2004**, de autoria do deputado Valdemar Costa Neto e outros, que institui e disciplina o “serviço social estudantil”, modalidade de estágio não remunerado, de caráter obrigatório, a ser exigido de todos aqueles que tiveram acesso a vagas em cursos superiores mantidos por instituições públicas de ensino.
- 12) **PEC nº 209/2007**, de autoria do deputado Osório Adriano e outros, que altera o *caput* e o parágrafo único do art. 213 do texto constitucional para permitir que, em caso de falta de vagas e de cursos regulares na rede pública, poderão ser destinados recursos públicos aos tomadores de serviços educacionais para a contratação desses serviços;
- 13) **PEC nº 239/2008**, de autoria do deputado Luiz Carlos Busato e outros, que trata da possibilidade de os custos do ensino superior público em estabelecimentos oficiais serem cobrados de modo proporcional à capacidade financeira dos estudantes, admitida como forma de pagamento a prestação de serviço profissional; e
- 14) **PEC nº 396/2009**, de autoria do deputado Luiz Alberto e outros, que pretende instituir a prestação de serviço social obrigatório e remunerado como requisito para obtenção de diploma de graduação no ensino superior.

A matéria foi distribuída a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Arquivada no final da Legislatura passada nos termos do art. 105 do Regimento Interno, a proposição retomou sua tramitação após deferida pela Mesa Diretora solicitação de desarquivamento, tal como disposto no Requerimento nº 9/2011, de autoria do deputado Mendes Ribeiro Filho.

É o relatório.

## **II – VOTO DO RELATOR**

Todas as propostas de emenda à Constituição sob exame parecem-me atender aos pressupostos do art. 60, § 4º, da Constituição Federal, não se vislumbrando em suas disposições tendência para abolição da forma federativa do Estado, do voto direto, secreto, universal e periódico, da separação de Poderes ou dos direitos e garantias individuais.

O *quorum* de apoio exigido para as iniciativas foi atendido, tendo sido todas as propostas subscritas por mais de um terço do total de membros da Casa.

No que diz respeito aos aspectos de técnica legislativa e redação, observa-se a necessidade de pequenos reparos formais em algumas delas para se adequarem às prescrições da Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/2001. Citamos, como exemplo, a PEC nº 123/95, que além de não apresentar um texto devidamente dividido em artigos numerados, reclama aperfeiçoamento redacional para melhor compreensão de seu conteúdo. A PEC nº 206/95, de sua parte, traz a ementa em desacordo com as normas fixadas na referida Lei Complementar, e tal qual a de nº 32/99, tem suas disposições redigidas em linguagem de emenda, não de proposição principal, como seria devido. Nota-se também que a PEC nº 27/2003 contempla em novo inciso regra que, pela lógica do artigo na qual é inserida, deveria ser dirigida a seu § 2º, que já cuida do tema ali enfocado.

Os problemas formais existentes, contudo, por não chegarem a comprometer a admissibilidade e a continuidade da tramitação de nenhuma delas, poderão ser devidamente corrigidos no âmbito da comissão especial que se constituir para o exame da matéria, a quem incumbirá, regimentalmente, em caso de aprovação, dar-lhe a redação final.

Posto isso e não estando o País sob estado de sítio, estado de defesa ou intervenção federal, nosso voto é no sentido da admissibilidade das Propostas de Emenda à Constituição de nºs 123 e 206, de 1995, 9 e 32, de 1999, 245, de 2000, 479, de 2001, 27, 28, 82, 102 e 166, de 2003, 318, de 2004, 209, de 2007, 239, de 2008 e 396, de 2009.

Sala da Comissão, em        de abril de 2011.

**Deputado ASSIS CARVALHO**

**Relator**

### **REFORMULAÇÃO DO VOTO DO RELATOR**

No momento, trata-se de examinar as propostas de emenda à Constituição no que concerne à sua admissibilidade à Constituição, consoante o disposto na alínea b do inciso IV do art. 32 do Regimento Interno da Casa.

No que diz respeito aos aspectos de técnica legislativa e redação, observa-se a necessidade de pequenos reparos formais em algumas delas para se adequarem às prescrições da Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/2001. Todavia, não incumbe a esse Colegiado realizar tais

alterações, que são da alçada da Comissão Especial que se destinar a examinar a matéria.

De início, esta relatoria tinha se pronunciado pela admissibilidade de todas as proposições, a principal e as apensadas. Todavia, acolhendo o dispositivo do voto em separado apresentado pelos ilustres Deputados Alessandro Molon, Luiz Couto e Vicente Cândido, e parte de sua argumentação, separei as proposições em dois grandes grupos: um que atende os pressupostos de admissibilidade e outro que não os atende.

Há que se observar que algumas das proposições apensadas violam os direitos individuais garantidos no art. 6º. Como se sabe, pelo § 4º, IV, do art. 60 da Constituição da República, não pode haver deliberação sobre matéria tendente a abolir os direitos e garantias individuais. Esse é precisamente o caso da Proposta de Emenda à Constituição nº 123, de 1995, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 1999, da Proposta de Emenda à Constituição nº 245, de 2000; da Proposta de Emenda à Constituição nº 479, de 2001, da Proposta de Emenda à Constituição nº 166, de 2003; e da Proposta de Emenda à Constituição nº 239, de 2008, que atropelam o princípio da gratuidade do ensino oferecido em instituições públicas (art. 206, IV, da Constituição da República).

As demais Propostas (nº 206, de 1995, nº 32, de 1999, nº 27, de 2003 nº 28, nº 82 e nº 102, de 2003, nº 318, de 2004, nº 209, de 2007, e nº 396, de 2009) não atropelam nenhum dos requisitos para apresentação de Proposta de Emenda à Constituição, previstos no art. 60, § 4º: não vulneram a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes, os direitos e garantias individuais.

Também a matéria de tais Propostas não foi rejeitada ou considerada prejudicada na presente sessão legislativa, requisito do § 5º do art. 60 da Constituição da República.

Observe-se ainda que o quórum de apoio (art. 60, I) foi alcançado e que o país não se encontra sob vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de sítio, condição prescrita pelo § 1º do art. 60 do Diploma Maior.

Considerando o que acabo de expor, voto pela inadmissibilidade das Propostas de Emenda à Constituição de nº 123, de 1995, nº 245, de 2000, nº 479, de 2001, nº 166, de 2003, e nº 239, de 2008. Voto, por outro

lado, pela admissibilidade das Propostas de Emenda à Constituição nº 206, de 1995, nº 32, de 1999, nº 27, de 2003, nº 28, nº 82 e nº 102, de 2003, nº 318, de 2004, nº 209, de 2007, e nº 396, de 2009.

Sala da Comissão, em 16 de agosto de 2011.

Deputado ASSIS CARVALHO

Relator

### **III - PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou pela inadmissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 123/1995 e das de nºs 245/2000, 479/2001, 166/2003, 239/2008, apensadas, e pela admissibilidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 27/2003, 206/1995, 32/1999, 28/2003, 102/2003, 318/2004, 82/2003, 209/2007 e 396/2009, apensadas, nos termos do Parecer, com complementação, do Relator, Deputado Assis Carvalho. Os Deputados Alessandro Molon, Luiz Couto e Vicente Candido apresentaram votos em separado.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

João Paulo Cunha - Presidente, Arthur Oliveira Maia - Vice-Presidente, Alessandro Molon, Almeida Lima, Anthony Garotinho, Antonio Bulhões, Arnaldo Faria de Sá, Bonifácio de Andrada, Danilo Forte, Dimas Fabiano, Dr. Grilo, Edson Silva, Eduardo Cunha, Efraim Filho, Esperidião Amin, Fabio Trad, Felipe Maia, Félix Mendonça Júnior, Jilmar Tatto, João Campos, João Paulo Lima, Jorginho Mello, Jutahy Junior, Luiz Carlos, Luiz Couto, Marçal Filho, Marcos Medrado, Maurício Quintella Lessa, Mauro Benevides, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Filho, Mendonça Prado, Nelson Pellegrino, Odair Cunha, Onyx Lorenzoni, Osmar Serraglio, Paes Landim, Pastor Marco Feliciano, Ricardo Berzoini, Roberto Freire, Roberto Teixeira, Ronaldo Fonseca, Rubens Otoni, Sandra Rosado, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vilson Covatti, Wilson Filho, Assis Carvalho, Chico Lopes, Gabriel Chalita, José Carlos Araújo, Márcio Reinaldo Moreira, Marina Santanna, Ricardo Tripoli e Sandro Alex.

Sala da Comissão, em 16 de agosto de 2011.

Deputado JOÃO PAULO CUNHA

Presidente

**(VOTO EM SEPARADO – DOS SENHORES DEPUTADOS ALESSANDRO MOLON - PT/RJ, LUIZ COUTO - PT/PB E VICENTE CÂNDIDO – PT/SP)**

**I – Relatório.**

A Proposta de Emenda à Constituição nº 123, de 1995 tem como objetivo modificar o inciso IV do artigo 206 da Constituição Federal, estabelecendo a possibilidade de cobrança de mensalidade pelas Instituições Oficiais de Ensino Superior. Os valores dos pagamentos deverão ser compatíveis com a renda familiar e serão cobrados - na perspectiva da proposição principal e de outras - de acordo com a lei regulamentadora.

Na justificação apresentada, o Autor da proposta principal assevera que a gratuidade nos estabelecimentos oficiais de ensino universitário tem funcionado, em realidade, como barreira para os alunos carentes de recursos face à desigualdade de condições na competição pelas vagas. Assim, uma vez permitida a cobrança de mensalidade proporcional à renda familiar de cada aluno, os recursos arrecadados poderiam ser aplicados em programas específicos em favor dos alunos carentes, desde a preparação para os concursos de ingresso nos estabelecimentos universitários até o término dos respectivos cursos.

Apensadas à proposição principal, encontram-se as seguintes Propostas de Emendas Constitucionais:

- 1) PEC nº 206/1995, de autoria do deputado Paulo Gouvêa e outros, que acrescenta dispositivo ao art. 206 da Constituição Federal, vinculando o direito à gratuidade do ensino público de nível superior à posterior prestação de serviços à comunidade, por um ano, pelos respectivos diplomados;
- 2) PEC nº 9/1999, de autoria do deputado Osvaldo Biolchi e outros, que tem como finalidade restringir a previsão de gratuidade do ensino público constante do art. 206, inciso IV, aos níveis infantil, fundamental e médio, além de acrescentar ao art. 208, entre os deveres do Estado com a educação, a obrigação de financiar o ensino superior de alunos carentes em instituições públicas ou privadas;
- 3) PEC nº 32/1999, de autoria do deputado Pompeo de Mattos e outros, que altera o art. 208 da Constituição para instituir como dever do Estado a oferta de bolsas de estudo e crédito educativo para o ensino médio e superior aos estudantes carentes em instituições privadas de ensino médio e superior, na forma da lei;
- 4) PEC nº 245/2000, de autoria do deputado Gessivaldo Isaías e outros, que suprime o inciso IV do art. 206 — que trata da gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais — e acrescenta inciso ao art. 208 estabelecendo que Lei disporá sobre a indenização a que se submeterá o

educando concludente de curso superior em instituição pública de ensino;

5) PEC nº 479/2001, de autoria do deputado Clementino Coelho e outros, que altera a redação do inciso IV do art. 206 para restringir o direito à gratuidade do ensino público em nível superior apenas aos estudantes de baixa renda;

6) PEC nº 27/2003, de autoria do deputado Mendes Ribeiro Filho e outros, que acrescenta o inciso VIII ao ad. 208 do texto constitucional para exigir que o poder público, no caso de inexistência de vagas na rede pública do ensino fundamental, promova a “compra de vagas, em especial em escolas confessionais e comunitárias”;

7) PEC nº 28/2003, de autoria do deputado Mendes Ribeiro Filho e outros que propõe incluir no ad. 213 da Constituição a possibilidade de serem destinados recursos públicos também a bolsas de estudo para o ensino superior, e não só ao ensino fundamental e médio;

8) PEC nº 82/2003, de autoria do deputado Osvaldo Biolchi e outros, que acrescenta inciso ao art. 208 do texto constitucional para incluir entre os deveres do Estado com a Educação o financiamento de alunos comprovadamente carentes do ensino superior, matriculados em instituições públicas ou privadas;

9) PEC nº 102/2003, de autoria do deputado Wilson Santiago e outros, cujo teor é semelhante ao da PEC 28/2003, já exposto acima;

10) PEC nº 166/2003, de autoria do deputado Valdemar Costa Neto e outros, que altera os artigos 206 e 208 para neles incluir referência a uma Taxa de Ampliação e Modernização da Rede de Ensino”, a ser criada e regulamentada por lei de iniciativa do Poder Executivo, devendo ser cobrada de todo estudante de estabelecimento oficial que tiver comprovada capacidade contributiva, na forma definida em lei;

11) PEC nº 318/2004, de autoria do deputado Valdemar Costa Neto e outros, que institui e disciplina o “serviço social estudantil”, modalidade de estágio não remunerado, de caráter obrigatório, a ser exigido de todos aqueles que tiveram acesso a vagas em cursos superiores mantidos por instituições públicas de ensino.

12) PEC nº 209/2007, de autoria do deputado Osório Adriano e outros que altera o *caput* e o parágrafo único do art. 213 do texto constitucional para permitir que, em caso de falta de vagas e de cursos regulares na rede

pública, poderão ser destinados recursos públicos aos tomadores de serviços educacionais para a contratação desses serviços;

13) PEC nº 239/2008 de autoria do deputado Luiz Carlos Busato e outros, que trata da possibilidade de os custos do ensino superior público em estabelecimentos oficiais serem cobrados de modo proporcional à capacidade financeira dos estudantes, admitida como forma de pagamento a prestação de serviço profissional; e

14) PEC nº 396/2009, de autoria do deputado Luiz Alberto e outros, que pretende instituir a prestação de serviço social obrigatório e remunerado como requisito para obtenção de diploma de graduação no ensino superior.

A matéria foi distribuída à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Por sua vez, o voto do Relator é no sentido de admitir a tramitação de todas as proposições, fulcrado no entendimento de que não há qualquer ofensa ao §4º do artigo 60 da Constituição Federal, ou seja, às cláusulas pétreas.

É o relatório.

## **II – Voto.**

Cabe-nos como membros desta Comissão analisar a admissibilidade das referidas Propostas de Emendas à Constituição sob o aspecto da constitucionalidade, de modo a afastar eventuais incompatibilidades com os direitos e garantias fundamentais que objetam iniciativas tendentes a aboli-los, conforme cláusula expressa constante do art. 60 da Carta da República.

Assim, conquanto possamos concordar em parte com os argumentos divisados pelo Relator, pensamos que algumas propostas devam merecer uma reflexão maior desta Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, na perspectiva dos fundamentos, dos objetivos e, principalmente, dos direitos e garantias fundamentais que informam o Estado Democrático de Direito Brasileiro.

Com efeito, o art. 206, inciso IV da Constituição Federal estatui a seguinte garantia:

“Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

...

**IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais**”. (g.n).

Por sua vez, o art. 6º da Carta da República, prescreve o seguinte:

“Art. 6º. São direitos sociais **a educação**, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à

maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição". (g.n).

Como se observa, a República Federativa do Brasil, na sua concepção democrática de Estado Social, **abarcou a educação pública e gratuita**, como um dos pilares e fundamentos que informam o desenvolvimento da sociedade brasileira, exatamente na perspectiva da promoção da cidadania e da dignidade da pessoa humana (incisos II e III, do art. 1º da Constituição Federal).

Nessa perspectiva, pode se afirmar que o ensino público e gratuito é uma das mais relevantes conquistas sociais do Estado Brasileiro, configurando-se como garantia fundamental que integra o patrimônio jurídico e social das presentes e das gerações futuras.

Em outras palavras, o direito social à educação pública e gratuita, inclusive no nível superior, acha-se assegurado e protegido de qualquer mudança tendente a extingui-lo, notadamente quando a justificativa trazida à baila não se compatibiliza com o princípio da proporcionalidade, que tem sua sede constitucional material no artigo 5º, LIV da Constituição Federal.

Não é por outro motivo que o Constituinte quis assegurar e proteger os direitos sociais, dando-lhes *status* constitucional e inserindo-os num patamar de superioridade, de modo a vincular em determinados casos, o próprio legislador constituinte derivado, notadamente quando este pretende, por meio do poder de emenda, macular uma garantia constitucional incorporada, **num verdadeiro bloco de constitucionalidade**, ao núcleo imutável da Constituição Federal.

Com efeito, as propostas de emendas constitucionais que estabelecem qualquer tipo de cobrança no ensino superior que é gratuito, elegem como fatores de diferenciação na sociedade brasileira o ter ou não ter dinheiro, ou seja, a capacidade ou não de pagamento como justificativa para diminuir ou restringir um dos grandes avanços do Estado democrático de direito vigente no Brasil.

Assim, todas as propostas de emendas que veiculam esse desiderato de cobrança ou de contrapartida financeira, violam de maneira indelével todo o Título II do texto constitucional e, em especial, o art. 5º da Carta Magna, cujo ***caput*** enuncia princípio maior que é cláusula pétrea do nosso ordenamento jurídico:

"Art. 5º. **Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza**, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

De mais a mais, como já afirmado, o fator de ***discrimen*** erigido pelos autores de algumas das propostas de emendas constitucionais também violam o princípio da proporcionalidade, maculando o devido processo legal material inscrito no art. 5º, LIV da Constituição Federal.

O **princípio da proporcionalidade**, como uma das várias ideias jurídicas fundantes da Constituição, tem assento justamente aí, nesse contexto normativo no qual estão introduzidos os direitos fundamentais e os mecanismos de respectiva proteção. Sua aparição se dá a título de **garantia**

**especial**, TRADUZIDA NA EXIGÊNCIA DE QUE TODA INTERVENÇÃO ESTATAL NESSA ESFERA SE DÊ POR NECESSIDADE, DE FORMA ADEQUADA E NA JUSTA MEDIDA, OBJETIVANDO A MÁXIMA EFICÁCIA E OTIMIZAÇÃO DOS VÁRIOS DIREITOS FUNDAMENTAIS CONCORRENTES.

Vê-se, portanto, que diferentemente do que divisou o nobre Relator, algumas das proposições ora em análise não se compatibilizam com o disposto no inciso IV, do §4º, do art. 60 da Constituição Federal e, nesse prisma, não devem merecer o juízo de admissibilidade.

É preciso afirmar ainda que a positivação constitucional do direito à educação pública gratuita – como princípio afeto à dignidade humana, já não assegura, no plano da realidade, a efetivação desse direito fundamental, de modo que a sua retirada da seara constitucional **poderá representar um retrocesso social em face do caminho a que se propôs trilhar a República Democrática do Brasil.**

Os princípios garantidores dos direitos sociais, notadamente os elencados no art. 6º, da Carta Magna, são também garantidores da proibição do retrocesso social, tese defendida por Canotilho (notável jurista luso) nos seguintes termos, **verbis**:

“O princípio da democracia econômica e social aponta para a proibição de retrocesso social”.

*A idéia aqui expressa também tem sido designada como proibição de 'contra-revolução social ou da 'evolução reaccionária. Com isso quer dizer-se que os direitos sociais e econômicos, uma vez alcançados ou conquistados, passam a constituir, simultaneamente, uma garantia constitucional e um direito subjectivo. Dessa forma, e independentemente do problema 'fático da irreversibilidade das conquistas sociais (..) o princípio em análise justifica, pelo mesmos, a subtração à livre e oportunística decisão do legislador, da diminuição dos direitos adquiridos (ex.: segurança social, subsídio de desemprego, prestações de saúde), em clara violação do princípio da protecção da confiança e da segurança dos cidadãos no âmbito económico, social e cultural( ...). O reconhecimento desta protecção de direitos prestacionais de propriedade, subjetivamente adquiridos, constitui um limite jurídico do legislador e, ao mesmo tempo, uma obrigação de prossecução de uma política congruente com os direitos concretos e expectativas subjetivamente alicerçadas. Esta proibição justificará a sanção de inconstitucionalidade relativamente a normas manifestamente aniquiladoras da chamada 'justiça social' ....." (CANOTILHO, op. cit., p. 469)*

Já no texto, “O Princípio da Proibição do Retrocesso Social e sua Previsão Constitucional”, de Pablo Castro Miozzo – Porto Alegre 2005, afirma:

“(…)

Pois bem, do mesmo modo que se consignou que o Princípio da dignidade da pessoa humana é o *vetor material* fundamental que guia a ação estatal em termos de direitos e garantias fundamentais, afirma-se que o Princípio da proibição do retrocesso social, que é também um Princípio constitucional fundamental, pode (e deve) ser pensado como *vetor formal* fundamental que norteia esta mesma atuação. Por conseguinte, a proibição do retrocesso caracteriza-se por funcionar como um superprincípio de proteção e realização (garantia ambivalente) dos direitos fundamentais. Ou seja, o sentido bivetorial aqui pretendido da proibição do retrocesso representa (um) a *metafundamentalidade formal* que limita e dirige o modo através do qual o Estado vai realizar o princípio da dignidade da pessoa humana, e consequentemente a ampla gama de direitos fundamentais de todas as dimensões, previstos implícita ou explicitamente na Constituição da República. Note-se que esta *bimetafundamentalidade* está expressamente prevista no enunciado do Título II, da Constituição que trata dos "direitos e garantias fundamentais" (...)

Em outras palavras, o princípio da vedação ao retrocesso social, inscrito implícita e explicitamente no texto da Constituição Federal, veda que conquistas consolidadas e em processo de afirmação na República Democrática do Brasil sejam abaladas por tentativas como as que se divisam em algumas das vertentes propostas de Emenda Constitucional.

Dessa forma, todas as propostas que objetivam, de uma forma ou de outra, restringir ou abolir o direito à educação superior pública e gratuita ofendem o art. 5º, *caput*, seu respectivo inciso LIV, bem como o art. 6º, erigido em verdadeiro bloco de constitucionalidade (**Cláusulas Pétreas**), que estão protegidos pelo comando inscrito no art. 60, §4º, IV da Carta Fundamental.

Ressalta-se que as propostas de emendas constitucionais nºs 32/1999, 27/2003, 28/2003, 82/2003, 102/2003 e 209/2007, que tem a finalidade de possibilitar que o Poder Público financie, através da concessão de bolsas de estudos ou providência similar, alunos carentes das

redes de ensino médio e superior, não necessitariam vir ao mundo jurídico através de alteração no texto da Constituição Federal, haja vista que tal providência pode ser veiculada através das normas infraconstitucionais, a exemplo do que já ocorre, por exemplo, com o Programa Prouni, Fies e outras iniciativas públicas.

De qualquer sorte, configurando-se a Constituição brasileira pelo seu viés extremamente analítico, não se pode, aprioristicamente, identificar qualquer óbice à admissibilidade de tais proposições, não obstante a inadequação formal e a desnecessidade da veiculação das pretensões através desse dificultoso instrumento de mudança da legislação maior.

Identifica-se, por derradeiro, que as propostas de emendas constitucionais nºs 206/1995, 318/2004 e 396/2009, objetivam instituir a prestação de serviços sociais, remunerado ou não remunerado, por todos os estudantes das instituições públicas de ensino superior, estabelecendo,

destarte, uma espécie de retribuição à sociedade pelos alunos que se beneficiariam do ensino público totalmente custeado pelo Estado.

De qualquer sorte, não identificamos qualquer incompatibilidade nas proposições que, em sintonia com os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil (*construir uma sociedade livre, **justa e solidária***) procuram estabelecer, de um lado, a possibilidade do Estado financiar de alguma forma o ensino médio e superior – como aliás já o faz, e de outro, contrapartidas sociais a serem cumpridas, nos termos da lei, por aqueles estudantes que se beneficiam do ensino superior público e gratuito.

Diante do exposto, votamos pela inadmissibilidade das Propostas de Emendas à Constituição nº **123**, de 1995, **9**, de 1999; **245**, de 2000; **479**, de 2001; **166**, de 2003 e **239**, de 2008, haja vista a incompatibilidade com que se apresentam em face do art. 5º, *caput* e LIV da Constituição Federal, bem como em relação ao art. 6º da Carta da República (que entendemos erigido, numa espécie de bloco de constitucionalidade, em cláusula pétrea) e, nessa perspectiva, incorrem na vedação expressa no inciso IV, §4º, 60 da Constituição Federal.

Por fim, votamos pela admissibilidade das Propostas de Emendas à Constituição nº **206**, de 1995, **32**, de 1999, **27**, de 2003, **28, 82 e 102**, de 2003, **318**, de 2004, **209**, de 2007 e **396**, de 2009.

Sala da Comissão, em 31 de maio 2011.

Alessandro Molon  
Deputado Federal - PT/RJ

Luiz Couto  
Deputado Federal – PT/PB

Vicente Cândido  
Deputado Federal – PT/SP

## **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 200-A, DE 2012 (Do Sr. Izalci e outros)**

Dá nova redação ao inciso IV do art. 206 da Constituição Federal; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade (relator: DEP. ANDRE MOURA).

**DESPACHO:**

TENDO EM VISTA A CORRELAÇÃO DAS MATÉRIAS, DETERMINO A APENSAÇÃO DA PEC Nº 200/2012 À PEC-206/1995. AMBAS AS PROPOSTAS AGUARDAM CRIAÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL PARA APRECIÁ-LAS.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso IV do art. 206 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 206.....*

*.....*

*IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, ressalvada a contrapartida mediante prestação de serviços de relevância social, definida nos termos da lei, no caso da educação superior;"(NR)*

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

O objetivo é tornar obrigatória, aos estudantes da educação superior em instituições públicas, a prestação de serviços de relevância sócia, como contrapartida pelo benefício da gratuidade dos cursos mantidos pelo Estado, isto é, pela sociedade brasileira. Entre esses serviços, podem ser citados aqueles prestados em escolas de educação básica da rede pública de educação, as escolas técnicas, a rede pública hospitalar e os conselhos tutelares.

Ao mesmo tempo em que se busca o retorno para sociedade em relação ao investimento por ela feito na qualificação dos profissionais, pretende-se aos estudantes um real envolvimento com a comunidade, por meio do trabalho prestado em áreas afins aos cursos frequentados.

A contrapartida, antes de ser uma exigência, é uma oportunidade dada aos estudantes para estabelecer uma relação de valor com o benefício recebido. Além disso, assegura que o Estado brasileiro tenha em seus

quadros cidadãos conscientes do seu papel, pela própria natureza do envolvimento que os estudantes estabelecerão com as questões relativas à sua área de formação.

Trata-se de garantir que o investimento realizado pelo Poder Público, pela via da gratuidade dos estudos, retorne à população brasileira por meio de trabalho voltado para as questões públicas e, ainda, contribuindo para a expansão e difusão do conhecimento.

Sala das Sessões, em 12 de julho de 2012.

DEPUTADO IZALCI

**Proposição:** PEC 0200/12

**Autor da Proposição:** IZALCI E OUTROS

**Ementa:** Dá nova redação ao inciso IV do art. 206 da Constituição Federal.

**Data de Apresentação:** 12/07/2012

**Possui Assinaturas Suficientes:** SIM

**Totais de Assinaturas:**

Confirmadas 222  
Não Conferem 006  
Fora do Exercício 001  
Repetidas 060  
Ilegíveis 001  
Retiradas 000  
Total 290

**Assinaturas Confirmadas**

1 ABELARDO CAMARINHA PSB SP  
2 ABELARDO LUPION DEM PR  
3 ACELINO POPÓ PRB BA  
4 ADEMIR CAMILO PSD MG  
5 ADRIAN PMDB RJ  
6 ALEX CANZIANI PTB PR  
7 ALEXANDRE LEITE DEM SP  
8 ALEXANDRE SANTOS PMDB RJ  
9 ALFREDO SIRKIS PV RJ  
10 ALINE CORRÊA PP SP  
11 ANDRE MOURA PSC SE  
12 ANDRE VARGAS PT PR

13 ANDRÉ ZACHAROW PMDB PR  
14 ANTÔNIA LÚCIA PSC AC  
15 ANTÔNIO ANDRADE PMDB MG  
16 ANTONIO BRITO PTB BA  
17 ANTONIO BULHÕES PRB SP  
18 ARIOSTO HOLANDA PSB CE  
19 ARNALDO JARDIM PPS SP  
20 ASDRUBAL BENTES PMDB PA  
21 ASSIS DO COUTO PT PR  
22 AUGUSTO COUTINHO DEM PE  
23 AUREO PRTB RJ  
24 BERINHO BANTIM PSDB RR  
25 BERNARDO SANTANA DE VASCONCELL PR MG  
26 BIFFI PT MS  
27 BONIFÁCIO DE ANDRADA PSDB MG  
28 CÂNDIDO VACCAREZZA PT SP  
29 CARLOS ALBERTO LERÉIA PSDB GO  
30 CARLOS BRANDÃO PSDB MA  
31 CARLOS EDUARDO CADOCA PSC PE  
32 CARLOS ZARATTINI PT SP  
33 CARMEN ZANOTTO PPS SC  
34 CELSO MALDANER PMDB SC  
35 CESAR COLNAGO PSDB ES  
36 CÉSAR HALUM PSD TO  
37 CHICO D'ANGELO PT RJ  
38 CHICO LOPES PCdoB CE  
39 COSTA FERREIRA PSC MA  
40 DAMIÃO FELICIANO PDT PB  
41 DANIEL ALMEIDA PCdoB BA  
42 DANILO FORTE PMDB CE  
43 DAVI ALCOLUMBRE DEM AP  
44 DAVI ALVES SILVA JÚNIOR PR MA  
45 DEVANIR RIBEIRO PT SP  
46 DOMINGOS SÁVIO PSDB MG  
47 DR. JORGE SILVA PDT ES  
48 DR. PAULO CÉSAR PSD RJ  
49 DUARTE NOGUEIRA PSDB SP  
50 DUDIMAR PAXIUBA PSDB PA  
51 EDIO LOPES PMDB RR  
52 EDMAR ARRUDA PSC PR  
53 EDSON SANTOS PT RJ  
54 EDUARDO AZEREDO PSDB MG  
55 EDUARDO CUNHA PMDB RJ  
56 EDUARDO SCIARRA PSD PR  
57 EFRAIM FILHO DEM PB  
58 ELI CORREA FILHO DEM SP  
59 ELIENE LIMA PSD MT  
60 ERIVELTON SANTANA PSC BA  
61 EROS BIONDINI PTB MG  
62 FÁBIO FARIA PSD RN  
63 FÁBIO SOUTO DEM BA  
64 FABIO TRAD PMDB MS  
65 FERNANDO COELHO FILHO PSB PE

66 FERNANDO FERRO PT PE  
67 FLÁVIA MORAIS PDT GO  
68 GABRIEL GUIMARÃES PT MG  
69 GEORGE HILTON PRB MG  
70 GERALDO RESENDE PMDB MS  
71 GERALDO SIMÕES PT BA  
72 GIOVANI CHERINI PDT RS  
73 GIOVANNI QUEIROZ PDT PA  
74 GLADSON CAMELI PP AC  
75 GONZAGA PATRIOTA PSB PE  
76 GORETE PEREIRA PR CE  
77 GUILHERME MUSSI PSD SP  
78 HELENO SILVA PRB SE  
79 HENRIQUE OLIVEIRA PR AM  
80 HEULER CRUVINEL PSD GO  
81 HOMERO PEREIRA PSD MT  
82 HUGO MOTTA PMDB PB  
83 IRACEMA PORTELLA PP PI  
84 IRINY LOPES PT ES  
85 IZALCI PR DF  
86 JAIME MARTINS PR MG  
87 JAIRO ATAÍDE DEM MG  
88 JAQUELINE RORIZ PMN DF  
89 JEAN WYLLYS PSOL RJ  
90 JEFFERSON CAMPOS PSD SP  
91 JHONATAN DE JESUS PRB RR  
92 JÔ MORAES PCdoB MG  
93 JOÃO ARRUDA PMDB PR  
94 JOÃO CALDAS PEN AL  
95 JOÃO CAMPOS PSDB GO  
96 JOÃO DADO PDT SP  
97 JOÃO PAULO CUNHA PT SP  
98 JOÃO PAULO LIMA PT PE  
99 JOAQUIM BELTRÃO PMDB AL  
100 JONAS DONIZETTE PSB SP  
101 JOSÉ AUGUSTO MAIA PTB PE  
102 JOSÉ CHAVES PTB PE  
103 JOSÉ HUMBERTO PHS MG  
104 JOSÉ MENTOR PT SP  
105 JOSÉ OTÁVIO GERMANO PP RS  
106 JOSÉ PRIANTE PMDB PA  
107 JOSE STÉDILE PSB RS  
108 JOSIAS GOMES PT BA  
109 JOSUÉ BENGTSON PTB PA  
110 JÚLIO CAMPOS DEM MT  
111 JÚLIO DELGADO PSB MG  
112 JÚNIOR COIMBRA PMDB TO  
113 LÁZARO BOTELHO PP TO  
114 LEANDRO VILELA PMDB GO  
115 LELO COIMBRA PMDB ES  
116 LEONARDO GADELHA PSC PB  
117 LEONARDO MONTEIRO PT MG  
118 LEONARDO PICCIANI PMDB RJ

119 LEONARDO QUINTÃO PMDB MG  
120 LEONARDO VILELA PSDB GO  
121 LEOPOLDO MEYER PSB PR  
122 LILIAM SÁ PSD RJ  
123 LINCOLN PORTELA PR MG  
124 LUCI CHOINACKI PT SC  
125 LUCIANA SANTOS PCdoB PE  
126 LÚCIO VALE PR PA  
127 LUCIO VIEIRA LIMA PMDB BA  
128 LUIS TIBÉ PTdoB MG  
129 LUIZ FERNANDO FARIA PP MG  
130 LUIZ NOÉ PSB RS  
131 LUIZ SÉRGIO PT RJ  
132 MAJOR FÁBIO DEM PB  
133 MANATO PDT ES  
134 MARCELO AGUIAR PSD SP  
135 MARCELO CASTRO PMDB PI  
136 MARCELO MATOS PDT RJ  
137 MÁRCIO FRANÇA PSB SP  
138 MARCOS ROGÉRIO PDT RO  
139 MARLLOS SAMPAIO PMDB PI  
140 MAURÍCIO TRINDADE PR BA  
141 MAURO BENEVIDES PMDB CE  
142 MAURO LOPES PMDB MG  
143 MAURO NAZIF PSB RO  
144 MILTON MONTI PR SP  
145 MIRO TEIXEIRA PDT RJ  
146 NELSON MARQUEZELLI PTB SP  
147 NELSON MEURER PP PR  
148 NILDA GONDIM PMDB PB  
149 NILTON CAPIXABA PTB RO  
150 ODAIR CUNHA PT MG  
151 ONOFRE SANTO AGOSTINI PSD SC  
152 OSMAR JÚNIOR PCdoB PI  
153 OSMAR SERRAGLIO PMDB PR  
154 OTAVIO LEITE PSDB RJ  
155 PADRE JOÃO PT MG  
156 PAES LANDIM PTB PI  
157 PASTOR EURICO PSB PE  
158 PASTOR MARCO FELICIANO PSC SP  
159 PAULO ABI-ACKEL PSDB MG  
160 PAULO CESAR QUARTIERO DEM RR  
161 PAULO FEIJÓ PR RJ  
162 PAULO FOLETTO PSB ES  
163 PAULO FREIRE PR SP  
164 PAULO PEREIRA DA SILVA PDT SP  
165 PAULO PIAU PMDB MG  
166 PAULO PIMENTA PT RS  
167 PAULO WAGNER PV RN  
168 PEDRO CHAVES PMDB GO  
169 PEDRO HENRY PP MT  
170 PEDRO NOVAIS PMDB MA  
171 PENNA PV SP

172 PROFESSORA DORINHA SEABRA REZE DEM TO  
173 RAIMUNDO GOMES DE MATOS PSDB CE  
174 RATINHO JUNIOR PSC PR  
175 RAUL HENRY PMDB PE  
176 REBECCA GARCIA PP AM  
177 RENAN FILHO PMDB AL  
178 RENATO MOLLING PP RS  
179 RICARDO ARCHER PMDB MA  
180 RICARDO BERZOINI PT SP  
181 RICARDO IZAR PSD SP  
182 RICARDO TRIPOLI PSDB SP  
183 ROBERTO DE LUCENA PV SP  
184 ROBERTO SANTIAGO PSD SP  
185 ROMÁRIO PSB RJ  
186 RONALDO FONSECA PR DF  
187 RONALDO NOGUEIRA PTB RS  
188 ROSANE FERREIRA PV PR  
189 RUBENS BUENO PPS PR  
190 RUBENS OTONI PT GO  
191 RUY CARNEIRO PSDB PB  
192 SANDES JÚNIOR PP GO  
193 SANDRO MABEL PMDB GO  
194 SARAIVA FELIPE PMDB MG  
195 SEBASTIÃO BALA ROCHA PDT AP  
196 SÉRGIO BRITO PSD BA  
197 SÉRGIO MORAES PTB RS  
198 SEVERINO NINHO PSB PE  
199 SIBÁ MACHADO PT AC  
200 SILAS CÂMARA PSD AM  
201 STEFANO AGUIAR PSC MG  
202 TELMA PINHEIRO PSDB MA  
203 VALADARES FILHO PSB SE  
204 VALDIR COLATTO PMDB SC  
205 VALMIR ASSUNÇÃO PT BA  
206 VALRY MORAIS PRP PA  
207 VANDERLEI MACRIS PSDB SP  
208 VANDERLEI SIRAQUE PT SP  
209 VICENTE ARRUDA PR CE  
210 VICENTINHO PT SP  
211 VILSON COVATTI PP RS  
212 VITOR PENIDO DEM MG  
213 WALDENOR PEREIRA PT BA  
214 WALNEY ROCHA PTB RJ  
215 WANDENKOLK GONÇALVES PSDB PA  
216 WASHINGTON REIS PMDB RJ  
217 WELLINGTON ROBERTO PR PB  
218 WEVERTON ROCHA PDT MA  
219 WILSON FILHO PMDB PB  
220 WOLNEY QUEIROZ PDT PE  
221 ZEQUINHA MARINHO PSC PA  
222 ZOINHO PR RJ

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

**CONSTITUIÇÃO  
DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
1988**

.....  
TÍTULO VIII  
DA ORDEM SOCIAL  
.....

CAPÍTULO III  
DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

**Seção I  
Da Educação**  
.....

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; ([\*Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006\*](#))

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. ([\*Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006\*](#))

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. ([\*Parágrafo único acrescido pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006\*](#))

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. ([\*Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996\*](#))

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. ([\*Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996\*](#))  
.....  
.....

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

### **I - RELATÓRIO**

Trata-se de proposta de emenda à Constituição, cujo primeiro signatário é o nobre Deputado Izalci, que altera o inciso IV do art. 206 da Constituição Federal para fazer ressalva quanto à gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. A ressalva diz respeito à contrapartida mediante prestação de serviços de relevância social, definida nos termos da lei, no caso de educação superior.

Argumentam os autores que a proposta, ao mesmo tempo em que busca o retorno para a sociedade do investimento feito na qualificação de profissionais, cria uma oportunidade para que os estudantes de ensino superior possam se envolver com a comunidade e estabelecer uma relação de valor com o benefício recebido.

É o relatório.

### **II - VOTO DO RELATOR**

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados em seu art. 32, IV, *b*, cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania analise a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 200, de 2012.

Para tal, cumpre que este Órgão Técnico examine se a proposta em análise atende aos requisitos constitucionais formais e materiais para a sua regular tramitação.

Em primeiro lugar, verifica-se que a iniciativa é legítima, uma vez que foi apresentada por duzentos e vinte e dois Deputados, número superior ao exigido pelo art. 60, I da Constituição Federal.

No mesmo sentido, constata-se não haver no momento qualquer limitação circunstancial para a tramitação de propostas de emenda à Constituição, uma vez que o País não se encontra sob estado de sítio, estado de defesa nem intervenção federal, atendido, portanto, o disposto no art. 60, § 1º, do texto constitucional.

De outra parte, a proposta de emenda à Constituição em exame atende aos requisitos constitucionais do § 4.º, art. 60, da Carta Pol[ítica, não se vislumbrando em suas disposições nenhuma tendência para abolição da forma federativa do Estado, do voto direto, secreto, universal e periódico, da separação dos Poderes ou dos direitos e garantias individuais.

Não se verificam, igualmente, quaisquer incompatibilidades entre as alterações que se pretendem fazer e os demais princípios e regras fundamentais que alicerçam a Constituição vigente.

Por fim, a matéria tratada na proposta não foi objeto de nenhuma outra que tenha sido rejeitada ou tida por prejudicada na presente sessão legislativa, não se aplicando, portanto, o impedimento de que trata o § 5.º, art. 60, do texto constitucional.

Isto posto, o voto é pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 200, de 2012.

Sala da Comissão, em 18 de julho de 2013.

Deputado ANDRÉ MOURA  
Relator

### **III - PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 200/2012, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Andre Moura.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Décio Lima - Presidente, Mauro Benevides e Luiz Carlos - Vice-Presidentes, Alceu Moreira, Alessandro Molon, Andre Moura, Antonio Bulhões, Arnaldo Faria de Sá, Benjamin Maranhão, Beto Albuquerque, Cesar Colnago, Eduardo Sciarra, Eliseu Padilha, Enio Bacci, Esperidião Amin, Fabio Trad, Felipe Maia, Francisco Escórcio, João Campos, João Paulo Cunha, João Paulo Lima, Jorginho Mello, José Mentor, Jutahy Junior, Leonardo Gadelha, Lourival Mendes, Luiz Couto, Luiz de Deus, Luiz Pitiman, Márcio França, Marcos Rogério, Odair Cunha, Onofre Santo Agostini, Paes Landim, Paulo Magalhães, Paulo Maluf, Ricardo Berzoini, Ronaldo Fonseca, Sandra Rosado, Sergio Zveiter, Taumaturgo Lima, Valtenir Pereira, Vicente Candido, Vieira da Cunha, Vilson Covatti, William Dib, Assis Melo, Dilceu Sperafico, Efraim Filho, Janete Capiberibe, Lincoln Portela, Márcio Macêdo, Mauro Lopes, Nazareno Fonteles, Oziel Oliveira, Paulo Teixeira, Sandro Alex e Walter Tosta.

Sala da Comissão, em 15 de outubro de 2013.

Deputado DÉCIO LIMA  
Presidente